

## **II Congresso Nacional Africanidades e Brasilidades: Culturas e Territorialidades**

**4 a 6 de Agosto de 2014**

**Universidade Federal do Espírito Santo.**

### **COTAS E DIVERSIDADE(S): DISCUTINDO INCLUSÃO A PARTIR DA DIGNIDADE HUMANA**

Ires Maria Pizetta Moschen – Ifes  
iresmp@ifes.edu.br

▫ ▫ Wilson Camerino dos Santos Junior – Ifes  
wilson.santos@ifes.edu.br

Luciane Serrate Pacheco Bacheti – Ifes  
lucianesp@ifes.edu.br

O presente trabalho investiga como as cotas implementadas nos Institutos Federais de Educação do Espírito Santo- *Campus* São Mateus, materializaram mecanismos de diversidade(s) na educação técnica integrada ao ensino médio. O objetivo do mesmo é discutir como o ingresso do educando a partir da (s) diversidade (s) de origem social, econômica e cultural são fatores de discriminação positiva para garantia da dignidade humana. As cotas implementadas para os alunos de diversas origens, seja de escola pública, por renda ou racial, são consideradas proposições de políticas públicas que materializam o acesso aos direitos fundamentais, neste caso o acesso a educação. No campus São Mateus o sistema de cota entra em vigor no ano de 2013, alterando o cenário antes estável, pela padronização do ingresso. Diante das características peculiares da região norte do Espírito Santo, em especial do município de São Mateus, que possui heranças na sua formação econômica, social e cultural advinda dos negros, com as cotas a multiculturalidade da região ficou mais perceptível nos ingressantes a partir das relações estabelecidas no espaço escolar. Não há pretensão de analisar aqui o êxito ou não destes educandos na instituição. Nosso intento maior é demonstrar como o ingresso da(s) diversidade(s) no Instituto Federal de Educação do Espírito Santo- *Campus* São Mateus, possibilitou o acesso de adolescentes e jovens que antes apenas circulavam nos entornos do tecido social do instituto e hoje, por meio de uma política pública de acesso, são alunos atendido a partir de suas diferenciações sociais. Nossa metodologia utilizada foi o estudo exploratório e as técnicas utilizadas foram análise documental e relatos de experiência. Os resultados apontam as cotas como uma política pública que garante o acesso e possível permanência de educandos advindos de diferentes diversidade(s).

Palavras chave: Cota. Políticas Públicas. Educação.

#### **1 APRESENTAÇÃO**

O presente trabalho tem por objetivo investigar como as cotas implementadas nos Institutos Federais de Educação do Espírito Santo- *Campi São Mateus*, representam possibilidades de mecanismos de diversidade(s) na educação técnica integrada com ensino médio. A Educação em Direitos Humanos aparece no trabalho como referencial teórico e metodológico, por oportunizar a compreensão da(s) diversidade(s) de origem social, econômica e cultural, desta forma garantindo o reconhecimento das diferenças como ação preponderante ao acesso as políticas públicas existentes.

As cotas são tratadas aqui como discriminação positiva para garantia da dignidade humana, os educandos oriundos de diversos contextos históricos e discriminados para o acesso a uma política pública, sendo esta política educacional, são considerados sujeitos que serão amparados por uma política específica que tem por função amenizar as desigualdades sociais existentes, de uma sociedade com linhas abissais extremas que dividem os segmentos da sociedade a partir de sua situação social.

## **2 DIGNIDADE HUMANA E COTAS: DISCUTINDO SEUS FUNDAMENTOS**

A Educação em Direitos Humanos deve ser concebida como uma política pública que tem por objetivo a garantia da dignidade humana. O contexto atual da Educação em Direitos Humanos possui semelhança com os desafios que Assis (2009, p.83) postula em relação à promoção dos direitos humanos, segundo o autor a promoção dos direitos humanos até hoje é um desafio, pois os empreendimentos tecnológicos avançam, porém a dignidade do outro ainda continua estática. Em nosso caso, se tratando de cotas, os avanços ainda são mais tímidos, no que tange a reconhecer esta como um processo de inclusão e garantia da dignidade humana.

Sobre cotas e garantia da dignidade humana no fundamentamos em Junior (2008, p.15) que afirma:

Os direitos humanos podem se opor às tendências da sociedade capitalista e esta é uma possibilidade que a teoria crítica deve não somente reconhecer, mas buscar realizar. Dentro de certos limites cuja maior ou menor extensão cabe à teoria crítica investigar, podem os direitos humanos até mesmo ensejar transformação

que deve ser o referencial da teoria crítica na estrutura da sociedade presente.

As cotas compactuam com os ideias da afirmação da dignidade humana, pois colaboram com a inclusão de segmentos dos mais diversos níveis socioeconômicos no setor produtivo da sociedade. Como a EDH busca em seu sujeito a constituição dos processos de dialogicidade e autonomia, uma política de discriminação positiva para provimento e acessibilidade de vagas antes destinadas a alguns setores da sociedade, será o desvelar de uma retrospectiva histórica das violações dos direitos humanos, porém com novas práticas na realidade social, de modo a criação de uma nova história para estes sujeitos e os membros de seus processos de sociabilidade.

Benevides (2007) aponta que a Educação em Direitos Humanos deve ser considerada um processo que preconiza a valorização da pessoa humana e o respeito às diferenças. As cotas neste sentido exprimem uma ação que é correlata com políticas públicas que tem por função garantir os direitos que são essenciais a todas as pessoas sem quaisquer distinções de meio socioeconômico.

Concebemos que estamos diante de um processo que corrobora com novos tempos e espaços do reconhecimento das diferenças e descolonização cultural, dando a novos grupos da sociedade a possibilidade de serem sujeitos de sua história, e não mais criaturas colocadas abaixo da linha abissal na condição de subverniente do grande capital. O cotista também poderá escolher sua malha de trabalho e educação, não apenas ser reduzido ao exército de reserva que alimenta a superestrutura.

Neste sentido Benevides (2007, p.8) contribui com a seguinte reflexão:

É a formação de uma cultura de respeito à dignidade humana através da promoção e da vivência dos valores da liberdade, da justiça, da igualdade, da solidariedade, da cooperação, da tolerância e da paz. Isso significa criar, influenciar, compartilhar e consolidar mentalidades, costumes, atitudes, hábitos e comportamentos que decorrem, todos, daqueles valores essenciais citados os quais devem se transformar em práticas.

As cotas e seu diálogo com a Educação em Direitos Humanos se revela como detentora do que Santos (2009) denomina de uma contra hegemonia, ou seja, as emergências na amplificação de sinais, pistas e tendências latentes. No Instituto Federal do Espírito Santo, *Campus São Mateus* vai exigir que o novo cenário educacional seja tratado a partir de um conhecimento intersubjetivo, descritivo e compreensivo, garantindo assim uma educação para diversidade e o reconhecimento das diferenças que são as bases da Educação em Direitos Humanos.

Ter cotistas significará o embate permanente contra os setores conservadores da sociedade de modo a garantir convivência com os princípios da contra hegemonia, da pluralidade de conhecimento, da diversidade da experiência do mundo, do diálogo entre os diversos saberes existentes na comunidade escolar e fora desta.

### **3 SISTEMA DE COTAS E EDUCAÇÃO: BREVES REFLEXÕES**

O sistema de cotas, ou de ações afirmativas tem gerado muitos debates nos últimos anos, mais especificamente a partir da década de 90 do século passado. Sendo defendido como uma política pública compensatória, de responsabilidade do Estado brasileiro como reparação para os negros e seus descendentes.

É necessário aqui uma breve análise história para a compreensão da disparidade entre a população branca e afrodescendente, seja ela de acesso a educação, posição social e até mesmo determinante geograficamente em espaços de habitação, em pleno século XXI no Brasil.

O Período de colonização no país se deu sob a égide da escravidão moderna que caracterizou-se por uma das práticas mais desumanas de relação de poder e trabalho. Por mais de trezentos anos, os negros, forçadamente trazidos da África foram aqui escravizados e produziram a riqueza que foi apoderada pelos seus senhores, seja produzindo de cana-de-açúcar, trabalhando nas fazendas de café

ou na mineração. Um sistema desumano de extrema violência e exploração que perdurou até o final do Império brasileiro.

Em 1888, a Lei Áurea determinou o fim desse sistema, mas não houve nenhuma preocupação quanto à necessidade de leis compensatórias ou que oportunizasse a inserção dos negros na sociedade. Pelo contrário, antes mesmo da abolição, em 1850, foi criada a Lei de Terras, que limitou o acesso à terra através da compra e venda o que impossibilitou os escravos e libertos pobres de ter acesso a ela. Isso de forma intencional para garantir a grande propriedade e mão de obra barata para os fazendeiros, pois nesse mesmo período já estava acontecendo o processo imigratório de europeus, e essa lei também os impossibilitou de terem suas próprias propriedades obrigando-os a trabalharem nas fazendas em sistema de parceria.

O acesso à educação durante o período da escravidão era vetada para as crianças filhas de escravos pelo decreto nº13331 de 17 de fevereiro de 1854, em seu Art. 69 § 3º estabelecia que não fossem admitidos escravos nas escolas públicas. Também era dificultado o acesso dos negros, adultos alforriados, que só eram aceitos nas escolas se tivesse disponibilidade de professores.

E assim, sem nenhuma preocupação por parte dos órgãos governamentais com essa “dívida história” a essa parcela da população brasileira, se passou século, e décadas o que acirrou um ideário de “democracia racial” no Brasil, imortalizado em Casa Grande e Senzala de Gilberto Freire 1933.

A partir da década de 80 do século passado o do Movimento Negro ganha força na luta por políticas públicas de reparação histórica pelo Estado. Em 1995 o Movimento realizou a Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo pela Cidadania e a Vida - Marcha Zumbi + 10 - em Brasília e entregaram uma carta de reivindicações ao Presidente da República demandando ações efetivas do Estado brasileiro no sentido de favorecer a criação de condições para a promoção da igualdade e equidade de oportunidades.

Com a pressão do Movimento Negro e também de outros movimentos sociais, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, o tema de ações afirmativas entrou na agenda do governo brasileiro. A princípio com a criação do Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra em 1995. No final desse governo foi lançado o II Programa Nacional de direitos Humanos, de 2002, em suas propostas de ações governamentais item 191 determina:

[...] Adotar, no âmbito da União, e estimular a adoção, pelos estados e municípios, de medidas de caráter compensatório que visem a eliminação da discriminação racial e a promoção de oportunidades de igualdade tais como: ampliação de acesso dos/as afrodescendente às universidades públicas, aos cursos profissionalizantes, às áreas de tecnologias de ponta, aos grupos e empregos públicos, inclusive cargos em comissão, de forma proporcional à sua representação no conjunto da sociedade. P 16

A primeira Universidade Brasileira a adotar o sistema de cotas no Brasil foi a UnB no vestibular de 2004. Aos poucos, outras universidades pelo Brasil afora adotam, cada uma a seu critério, sistema de cotas para negros, índios e alunos de escola pública, gerando muitas controvérsias quanto ao sistema de ingresso desses cotistas.

Somente uma década depois de ser previsto no II Plano nacional de Direitos Humano, o governo federal sancionou a Lei de Cotas nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que obriga as universidades, institutos e centros federais a reservarem metade das vagas oferecidas anualmente em seus processos seletivos para candidatos cotistas.

Essa lei regulamenta e sistematiza critérios para o no ingresso sistema de cota. O único documento exigido para comprovar a raça é a auto declaração e a distribuição das vagas se dá de acordo com a proporção de índios, negros e pardos do Estado onde está situado o campus da universidade, centro ou instituto federal, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

### **3 INCLUSÃO E DIGNIDADE HUMANA: EXPERIÊNCIA NO CAMPUS SÃO MATEUS**

O campus São Mateus do Ifes foi implantado no município no ano de 2006 com a oferta do Curso Técnico em Mecânica Concomitante/Subsequente com Ensino Médio. No ano de 2007 foi ofertado o Curso Técnico em Eletrotécnica Concomitante/Subsequente com Ensino Médio. A consolidação desses cursos veio atender, principalmente, à necessidade de qualificação do trabalhador da Região Norte Capixaba para inserção nas vagas de trabalho oriundas da cadeia produtiva do petróleo.

A implementação de cursos técnicos integrados com ensino médio, no campus São Mateus do Ifes, ocorreu a partir do ano de 2009. Nesse ano foram implantados dois cursos, a saber: Curso Técnico em Eletrotécnica Integrado com Ensino Médio e Curso Técnico em Mecânica Integrado com Ensino Médio.

Para efeito desse estudo foram considerados os alunos ingressantes nos cursos técnicos integrados com ensino médio no período entre 2009 e 2013, conforme apresentando no quadro que segue:

Quadro 1: Número de vagas ofertadas aos Cursos Técnicos Integrados com Ensino Médio no Campus São Mateus do Ifes no período entre 2009 e 2013

| <b>Turmas Ingressantes nos Cursos Técnicos Integrados com Ensino Médio – Campus São Mateus</b> |  |             |             |             |             |
|--|--|-------------|-------------|-------------|-------------|
| <b>Curso</b>   | <b>Nº de Alunos Ingressantes por ano</b> |             |             |             |             |
|  | <b>2009</b>                              | <b>2010</b> | <b>2011</b> | <b>2012</b> | <b>2013</b> |
| Curso Técnico em Eletrotécnica Integrado com Ensino Médio                                      | 36                                       | 32          | 40          | 30          | 32          |
| Curso Técnico em Mecânica Integrado com Ensino Médio   | 36                                       | 32          | 40          | 30          | 32          |

Fonte: registro acadêmico

Na tentativa de compreender o perfil do aluno ingressante no campus São Mateus do Ifes na modalidade educacional técnico integrado com ensino médio, foram levantados os seguintes dados: etnia, renda e escola de origem, a partir da ficha cadastral preenchida pelo aluno no seu ingresso na instituição.

No quadro 2 apresentamos os dados do Curso Técnico em Eletrotécnica Integrado com Ensino Médio, no período entre 2009 e 2013.

Quadro 2: Número de alunos por Etnia (A=Amarela/ B=branca/ N=negra/ P=parda); por Renda (SM= salário mínimo) e Escola de Origem – Eletrotécnica

| Perfis dos Alunos Ingressantes – Campus São Mateus do Ifes |      |       |    |   |    |       |        |        |        |         |          |                  |         |
|--|------|-------|----|---|----|-------|--------|--------|--------|---------|----------|------------------|---------|
| Curso  | Ano  | Etnia |    |   |    | Renda |        |        |        |         |          | Escola de Origem |         |
|  |      | A     | B  | N | P  | >1 SM | 1-2 SM | 2-3 SM | 3-5 SM | 5-10 SM | 10-20 SM | Pública          | Privada |
| Técnico em Eletrotécnica Integrado com Ensino Médio        | 2009 | 0     | 20 | 0 | 16 | 1     | 2      | 8      | 6      | 11      | 1        | 17               | 19      |
|  | 2010 | 1     | 20 | 2 | 9  | 0     | 7      | 1      | 13     | 6       | 2        | 18               | 14      |
|  | 2011 | 2     | 18 | 0 | 20 | 3     | 2      | 9      | 6      | 14      | 4        | 23               | 17      |
|  | 2012 | 0     | 15 | 2 | 13 | 3     | 2      | 10     | 7      | 7       | 1        | 15               | 15      |
|  | 2013 | 0     | 14 | 2 | 16 | 11    | 1      | 10     | 3      | 7       | 0        | 26               | 6       |

Fonte: registro acadêmico

No quadro 3 são apresentados os dados do Curso Técnico em Mecânica Integrado com Ensino Médio, no período entre 2009 e 2013.

Quadro 3: Número de alunos por Etnia (A=Amarela/ B=branca/ N=negra/ P=parda); por Renda (SM= salário mínimo) e Escola de Origem – Mecânica

| Perfis dos Alunos Ingressantes – Campus São Mateus do Ifes |      |       |    |   |    |       |        |        |        |         |          |                  |         |
|--|------|-------|----|---|----|-------|--------|--------|--------|---------|----------|------------------|---------|
| Curso  | Ano  | Etnia |    |   |    | Renda |        |        |        |         |          | Escola de Origem |         |
|  |      | A     | B  | N | P  | >1 SM | 1-2 SM | 2-3 SM | 3-5 SM | 5-10 SM | 10-20 SM | Pública          | Privada |
| Técnico em Mecânica Integrado com Ensino Médio             | 2009 | 0     | 20 | 0 | 16 | 0     | 3      | 9      | 10     | 11      | 3        | 19               | 17      |
|  | 2010 | 1     | 17 | 2 | 12 | 1     | 6      | 5      | 11     | 4       | 5        | 20               | 12      |
|  | 2011 | 0     | 16 | 3 | 21 | 4     | 7      | 9      | 10     | 7       | 3        | 24               | 16      |
|  | 2012 | 0     | 10 | 2 | 18 | 3     | 0      | 14     | 5      | 8       | 0        | 24               | 6       |
|  | 2013 | 0     | 9  | 3 | 20 | 4     | 3      | 15     | 6      | 4       | 0        | 25               | 7       |

Fonte: registro acadêmico

Em uma análise preliminar geral dos dados demonstrados nos quadros 2 e 3 observam-se algumas tendências:

- a) Etnia: no Curso Técnico em Eletrotécnica Integrado com Ensino Médio não houve ingresso significativo de alunos que se declararam negros. Entretanto, nos anos de 2011 e 2013, os alunos que se declararam pardos superou àqueles que se declararam brancos; significando que 50% dos alunos são pardos, em ambos os períodos. Não houve ingresso de negros no curso, nos anos de 2009 e 2011. Em 2013 ingressaram somente 2 alunos negros, representando 6,25% na turma.

No Curso Técnico em Mecânica Integrado com Ensino Médio se repetiu a tendência do curso Técnico em Eletrotécnica, não havendo ingresso significativo da etnia negra. Porém, no ano de 2012, 60% dos alunos se declararam pardos; negros representaram 6,6% e os brancos 33,4% dos alunos ingressantes no curso. Em 2013, esse percentual sobe um pouco: quase 10% de alunos negros, mais de 60% de pardos e quase 30% de brancos; significando que dos 32 alunos que ingressaram no curso 3 são negros, 20 são pardos e 9 são brancos.

- b) Renda: nos anos de 2012 e 2013 houve um acesso maior de alunos com renda de até três salários mínimos; representando 50% e 68,75%, respectivamente, dos alunos ingressantes no Curso Técnico em Eletrotécnica Integrado com Ensino Médio.

No Curso Técnico em Mecânica Integrado com Ensino Médio, os percentuais de alunos com renda de até três salários mínimos, nos anos 2012 e 2013, foram: 56,6% e 68,75%, respectivamente. Ou seja, dos 30 alunos ingressantes em 2012, 17 deles declararam renda de até três salários mínimos. Dos 32 alunos que ingressaram em 2013, 22 alunos possuem renda familiar de até três salários.

- c) Escola de Origem: os alunos ingressantes no campus São Mateus do Ifes, em sua maioria são oriundos de escolas públicas municipais ou estaduais, em ambos os cursos. No ano de 2013, os alunos ingressantes no curso

Técnico em Eletrotécnica representaram 81,25%; e, no curso Técnico em Mecânica o percentual é de 78,12% no mesmo ano.

Os dados apontam para a necessidade de ampliação do acesso de alunos de etnias afrodescendente e indígena no campus São Mateus do Ifes. Nos anos de 2009 e 2010, os alunos que ingressaram no Ifes São Mateus, em sua maioria, apresentaram os seguintes perfis, em ambos os cursos: brancos, com renda entre 3 e 10 salários mínimos, em ambos. Quanto à escola de origem, houve mais ingressantes de escolas privadas no curso Técnico em Eletrotécnica. E, no curso Técnico em Mecânica, houve predomínio da escola pública. A partir do ano de 2011 essa tendência vem mudando: mais alunos com menor poder aquisitivo e outras etnias estão ingressando na escola.

#### **4 CONSIDERAÇÕES**

As reflexões vinculadas no desenvolver deste trabalho permitem um considerar inicial que aponta as cotas como elemento produtor dos Direitos Humanos no campus São Mateus. As diferenças que antes eram reduzidas a práticas de desigualdade, ganham novos contornos, estes sendo contornos inclusivos. A dignidade humana retratada por meio do processo educacional e a principal função do sistema de cotas. Com certeza estamos ainda longe do ideal do ingresso que preconiza as legislações, porém consideramos a implementação da legislação um sucesso, pois trouxe para os institutos a necessidade de despadronizar um modelo ideal de sociedade e mercado de trabalho, demandando que seja construído um conhecimento intersubjetivo, descritivo e compreensivo, de modo que permitiram alguns segmentos que demorariam ou nunca conseguiriam a romper a linha abissal que os colocavam à margem do instituto federal de educação.

#### **5- REFERÊNCIAS**

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas. Brasília: Ministério da Educação / Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

BROCHADO, Mariá. (Org.); SILVA JÚNIOR, Décio de Abreu e (Org.) ; MIRANDA,

Natália Freitas (Org.) . Educação em direitos humanos: uma contribuição mineira.  
1. ed. Belo Horizonte - MG: Ed. UFMG: Proex, 2009